

# DIPLOMA NÃO É DESTINO: DESIGUALDADES E ESTAGNAÇÃO DO ALFABETISMO PROFICIENTE NO BRASIL

DIPLOMAS ARE NOT DESTINY: INEQUALITIES AND THE STAGNATION  
OF PROFICIENT LITERACY IN BRAZIL

**Alder Luis Pérez Córdoba**  
Universidade Federal do ABC  
alderperezcordova@gmail.com

**Paula Keiko Iwamoto Poloni**  
Universidade Federal do ABC  
paula.keiko@ufabc.edu.br

**Nataly Correia da Silva**  
Universidade Federal do ABC  
nataly.silva@ufabc.edu.br

## RESUMO

O artigo analisa a estagnação dos níveis de alfabetismo proficiente no Brasil, centrado nos diplomados do ensino superior. Parte-se do paradoxo de que a ampliação do acesso à escolarização formal, nas últimas décadas, não tem sido acompanhada pelo desenvolvimento de competências cognitivas críticas. O objetivo é compreender os fatores que explicam essa estagnação. Adota-se metodologia mista, isto é, abordagem qualitativa interpretativa (Yanow, 2007), com base em análise documental de relatórios técnicos, documentos institucionais e materiais oficiais sobre alfabetismo no Brasil, e abordagem quantitativa, a partir da análise de dados secundários do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF 2024), além de dados do INEP e do IBGE. Os resultados indicam que apenas 23% dos concluintes do ensino superior atingem o nível proficiente, evidenciando uma desconexão entre certificação e letramento. Conclui-se que o diploma não assegura domínio crítico da linguagem, refletindo desigualdades estruturais, o que demanda revisão de políticas públicas, currículos e práticas avaliativas para uma formação efetivamente crítica e emancipatória.

**Palavras-chave:** Ensino superior; Analfabetismo funcional; Qualidade da educação formal; Desigualdade educacional; INAF.

## ABSTRACT

This article analyzes the stagnation of proficient literacy levels in Brazil, focusing on higher education graduates. It begins with the paradox that the expansion of access to formal schooling in recent decades has not been accompanied by the development of critical cognitive skills. The objective is to understand the factors that explain this stagnation. A mixed-methods approach is adopted, that is, an interpretive qualitative approach (Yanow, 2007), based on a documentary analysis of technical reports, institutional documents, and official materials on literacy in Brazil, and a quantitative approach, based on the analysis of secondary data from the Functional Literacy Indicator (INAF 2024), as well as data from INEP and IBGE. The results indicate that only 23% of higher education graduates reach the proficient level, highlighting a disconnect between certification and literacy. It is concluded that a diploma does not guarantee critical mastery of language, reflecting structural inequalities, which calls for a review of public policies, curricula, and assessment practices to ensure an education that is truly critical and emancipatory.

**Keywords:** Higher education; Functional illiteracy; Quality of formal education; Educational inequality; INAF.

## Introdução

Nas últimas duas décadas, o Brasil passou por uma expressiva expansão do ensino superior, impulsionada por políticas de democratização do acesso, programas de financiamento estudantil e pela ampliação das ofertas na modalidade a distância. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2023, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o país contabiliza 2.580 instituições de ensino superior (IES), das quais 12,2% são públicas e 87,8% privadas. No que se refere à organização acadêmica, a maior parte dessas instituições são faculdades (75,2%), seguidas por centros universitários (15,2%), universidades (7,9%) e institutos federais (IFs) e centros federais de educação tecnológica (Cefets), que juntos representam 1,6%. Em 2023, mais de 1,37 milhão de estudantes concluíram a graduação em instituições públicas e privadas, sendo 57,0% na modalidade presencial e 43,0% no ensino a distância (EaD). Quanto ao grau acadêmico, os concluintes se distribuem em 57,8% de bacharelado, 25,3% de cursos tecnológicos e 16,9% de licenciatura. Esses números, quando observados em nível nacional, refletem um avanço quantitativo significativo na educação superior brasileira.

No entanto, aliado aos dados mais recentes do Indicador de Alfabetismo Funcional - INAF (2024), revela-se uma contradição preocupante: entre os estudantes brasileiros que completaram o ensino superior, apenas 23% atingem o nível proficiente de alfabetismo, enquanto 12% permanecem em situação de analfabetismo funcional, em outras palavras, não sabem ler e escrever ou sabem pouco, a ponto de não conseguir compreender pequenas frases ou identificar números de telefones ou preços; tendo dificuldades significativas para compreender e usar informações escritas em contextos cotidianos, mesmo após anos de escolarização formal. Por este motivo, a obtenção de um diploma universitário não garante, necessariamente, o domínio pleno das competências letradas essenciais à cidadania crítica e a participar em sociedade.

A estagnação observada no topo da escala de alfabetismo, em um contexto mais amplo no país, ocorre em um cenário em que 29% da população brasileira entre 15 e 64 anos ainda é considerada funcionalmente analfabeta - o mesmo patamar observado em 2018 - o que indica um retrocesso ou estagnação do desenvolvimento educacional em termos qualitativos e quantitativos (UNICEF, 2024). Sendo que 15,6% dos jovens entre 15 e 29 anos estão em situação de analfabetismo funcional (Instituto Paulo Montenegro; Ação Educativa, 2024). São percentuais preocupantes, sobretudo por se tratar de uma faixa etária que, em tese, teve maior acesso à escolarização formal nas últimas décadas; reforçando a constatação de que, embora a escolaridade seja historicamente reconhecida como o principal fator de elevação dos níveis de alfabetismo, ela não tem sido suficiente para assegurar o desenvolvimento efetivo das competências necessárias ao letramento funcional. Entre as faixas etárias acima de 40 anos, os índices de analfabetismo funcional são ainda mais graves: 33,8% entre pessoas de 40 a 49 anos e mais de 51% entre aquelas de 50 a 64 anos. Esses dados evidenciam que, embora tenha havido avanços no acesso à educação, a qualidade da formação letrada continua seriamente comprometida. O problema é particularmente acentuado entre os adultos mais velhos, mas também se manifesta de forma preocupante entre os jovens, que, teoricamente, deveriam refletir os efeitos positivos das políticas educacionais mais recentes do país.

Destaca-se que nesta conjuntura de estagnação dos níveis de alfabetismo proficiente - embora não seja objeto deste estudo - as desigualdades de desempenho tornam-se ainda mais evidentes quando se observam os recortes de raça, cor, região e condição socioeconômica, demonstrando que a escolarização, por si só, tem sido insuficiente para romper os ciclos de desigualdade; ao con-

trário, tende a reproduzir e perpetuar as desvantagens sociais preexistentes, mantendo o país em um quadro persistente de desigualdade educacional e persistência de baixos níveis na formação de competências essenciais.

Os dados do Instituto Paulo Montenegro; Ação Educativa (2024) ainda indicam que 54% dos brasileiros classificados como proficientes possuem ensino superior completo. À primeira vista, esse percentual pode ser interpretado como um indicativo positivo da eficácia do ensino superior na promoção de competências de letramento; mas, na realidade, o dado reflete uma concentração relativa de indivíduos com maior escolarização formal dentro do grupo proficiente, e não a efetividade da formação universitária em garantir esse nível de competência, o que se confirma quando se observa que apenas 23% dos indivíduos com ensino superior no país alcançam efetivamente o nível de alfabetismo proficiente. Esse descompasso evidencia um paradoxo estrutural na educação brasileira: embora o diploma universitário amplie as chances de alcançar patamares mais elevados de letramento, ele não assegura, por si só, o desenvolvimento pleno das competências cognitivas necessárias para participar da sociedade democrática, da comunidade a qual está inserido e da vida profissional, o que fortalece a lógica educacional baseada mais na certificação formal e formação de expectadores do que na efetiva construção de saberes.

As instituições de ensino superior devem orientar sua atuação para a formação de indivíduos preparados para enfrentar os desafios do século XXI, indo além da capacitação estritamente voltada à vida profissional e ao mercado de trabalho - uma visão estreitamente econômica. Trata-se de formar pessoas capazes de construir modos de vida sustentáveis, desenvolvendo competências como pensamento crítico, escrita qualificada, criatividade, adaptabilidade, capacidade de promover mudanças inovadoras, entre outras habilidades fundamentais para uma atuação consciente e transformadora na sociedade contemporânea.

Além disso, existe o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) cujo objetivo é avaliar o rendimento dos estudantes concluintes do ensino superior, quanto aos conteúdos previstos nas diretrizes curriculares, bem como aferir o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas à formação geral e profissional, além do nível de atualização dos estudantes diante da realidade nacional e internacional (Brasil, 2025), como um instrumento do Sistema Nacional de Avaliação na Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Segundo Pissaia *et al.* (2018), ao avaliar as competências desenvolvidas no ensino superior, o ENADE assume papel estratégico na qualificação profissional e no enfrentamento do chamado analfabetismo proficiente.

Diante desse cenário, o artigo propõe analisar uma questão central e ainda não superada no debate público nacional: por que, apesar da redução do analfabetismo funcional nas últimas duas décadas, o percentual de indivíduos com alfabetismo proficiente permanece estagnado? Trata-se de um problema conhecido e divulgado na mídia (Rádioagência Nacional, 2025; CNN Brasil, 2025; UOL Educação, 2025), mas que continua a desafiar políticas públicas e ações educacionais efetivas, revelando a continuidade de barreiras estruturais profundas. A relevância deste estudo está na atualidade e importância do tema, que demanda o aprimoramento do acesso ao ensino superior; mas, sobretudo, a revisão crítica da sua qualidade e da capacidade de promover formação significativa e emancipadora. Assim, com base nas contribuições teóricas de Bourdieu e Passeron (2023) e Bauman (2005), este estudo analisa como as instituições de ensino superior podem funcionar simultaneamente como espaço de legitimação das desigualdades e de naturalização das insuficiências, muitas vezes disfarçadas sob o discurso do mérito individual.

## Letramento proficiente, exclusão funcional e reprodução das desigualdades: referências teóricas para a compreensão da estagnação educacional no Brasil

A compreensão da estagnação do alfabetismo proficiente no Brasil demanda um olhar crítico sobre os mecanismos que sustentam a desigualdade educacional. Nesse sentido, as contribuições teóricas de Bourdieu e Passeron (2023), assim como de Bauman (2005), oferecem uma base analítica para compreender de que forma as estruturas sociais e culturais moldam o desempenho escolar, o acesso ao conhecimento e, conseqüentemente, os níveis de alfabetização alcançados pela população.

A par disso, de acordo com o nível mais alto na escala do indicador do Instituto Paulo Montenegro; Ação Educativa (2024), ser alfabetizado em nível proficiente significa “ser capaz de ler, compreender e interpretar textos mais longos, elaborados e argumentativos, além de localizar, relacionar e avaliar informações, operando com abstrações e inferências”. Essa definição evidencia que o alfabetismo proficiente vai além da leitura funcional, isto é, ela envolve autonomia intelectual e capacidade crítica para lidar com situações complexas do cotidiano, do trabalho, da cidadania e do consumo, quer dizer, é o nível de letramento necessário para o pleno exercício da participação cidadã e social na contemporaneidade.

Sob esta perspectiva, Bauman (2005) faz uma análise da exclusão social na contemporaneidade, utilizando o conceito de modernidade líquida como base - um estado da sociedade marcado pela fluidez das relações, pela transitoriedade das instituições e pela instabilidade nas conexões humanas, econômicas e sociais. Nesse contexto, o mundo moderno valoriza a eficiência, a flexibilidade e o consumo como critérios centrais de pertencimento e produtividade. Os indivíduos que não se ajustam a essa lógica passam a ser considerados excedentes, supérfluos ou, nas palavras do autor, *refugo humano*, pois “a produção de *refugo humano*, ou, mais propriamente, de seres humanos refugados (os *excessivos* e *redundantes*), é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade” (Bauman, 2005, p. 121).

Partindo-se dessa lógica de descartabilidade que ultrapassa o campo econômico e atinge diretamente o campo da educação, segundo Bauman (2005), a exclusão educacional não pode ser explicada apenas como falha de políticas públicas educacionais ou simples consequência das desigualdades socioeconômicas. Ela é, antes, a expressão de um modelo de sociedade que naturaliza ou normaliza o descarte, transformando a educação em mais um espaço de reforço da lógica seletiva e utilitarista. Como observa o autor, “a modernidade líquida é uma civilização do excesso, da supremacia de refugo e de sua remoção” (Bauman, 2005). Nesse cenário, os que não dominam os códigos exigidos pelo mercado - como o domínio pleno da leitura, da escrita, da comunicação crítica e da competência no uso da tecnologia digital - tornam-se sujeitos à margem, isto é, educacionalmente presentes, mas funcionalmente invisíveis.

Assim, a estagnação no nível de alfabetismo proficiente no Brasil deve ser compreendida como parte desse processo mais amplo, pois mesmo com a ampliação do acesso ao ensino superior - especialmente via modalidades como a Educação à Distância (EaD) - observa-se que a formação oferecida não assegura as condições para que os indivíduos alcancem autonomia crítica e inclusão social plena na sociedade. A proficiência letrada, enquanto ferramenta de cidadania e participação ativa, permanece restrita a uma minoria da população brasileira, evidenciando que a expansão da educação universitária tem ocorrido de forma desigual, uma vez que quantitativamente inclusiva, mas qualitativamente excludente e marcada por profundas inequidades.

Desta maneira, Bauman (2005) reforça que essa exclusão não é acidental. Ao contrário, ela é estrutural e sistemática, pois os espaços de formação, quando orientados por uma lógica de mercado e desempenho, tornam-se dispositivos que produzem e legitimam a inutilidade social de certos grupos. “Somos nós, os consumidores, que traçamos a linha divisória entre o útil e o refugio. Tendo por parceiras as mercadorias, podemos deixar de nos preocupar em terminar na lata de lixo” (Bauman, 2005). Nesse processo, vidas são desperdiçadas não por falta de capacidade ou talento, mas por não se adequarem às exigências de um sistema que só reconhece o valor pelo critério da utilidade imediata. Nota-se que esta análise revela que os baixos níveis de alfabetismo proficiente não se limitam a um desacerto interno das instituições de ensino, mas refletem uma lógica social mais ampla e histórica. Mais do que uma *crise* recente, trata-se da continuidade de um modelo educacional que, desde sua origem, esteve vinculado à reprodução das desigualdades. As instituições de ensino, nesse cenário, não apenas falham em superar essas disparidades, mas frequentemente contribuem para mantê-las, ao validar critérios de pertencimento e sucesso baseados em capitais culturais desigualmente distribuídos na sociedade. A invisibilidade dos não proficientes - mesmo entre os diplomados - evidencia que a educação universitária, inserida na lógica da modernidade líquida, contribui para o ciclo de marginalização simbólica e material de amplas parcelas da população.

Por outro lado, Bourdieu e Passeron (2023) aprofundam a compreensão do papel das instituições de ensino como um dos principais mecanismos de reprodução das desigualdades sociais. Segundo os autores, elas operam sob a aparência de neutralidade, mas, na prática, reforçam e legitimam a posição das classes dominantes ao valorizar os códigos culturais já dominados por esses grupos, assim como as escolas. Embora políticas públicas tenham buscado, em certos períodos, ampliar o acesso e promover maior equidade educacional, percebe-se que esses avanços foram frequentemente interrompidos ou revertidos conforme as mudanças nos governos e suas orientações ideológicas. Em um quadro marcado por crescente polarização afetiva (Fuks; Marques, 2022), as políticas educacionais passam a refletir disputas simbólicas mais amplas da sociedade, sendo ora vistas como instrumentos de emancipação, ora como ameaças à ordem tradicional, afetando a formação interdisciplinar e crítica dos estudantes. Essa instabilidade reforça a dificuldade de consolidar um projeto educacional comprometido com a justiça social e com o enfrentamento das desigualdades históricas. A educação universitária, ao valorizar certos saberes e disposições culturais como universais - predominantemente adquiridos nas classes médias e altas - impõe esses elementos como padrão de norma e critério de excelência acadêmica. Esse processo ocorre por meio da valorização da chamada *cultura legítima* (conjunto de saberes, práticas, gostos e formas de expressão valorizadas institucionalmente, especialmente pela escola), que, segundo os autores, “está estreitamente ligada às formas de expressão e aos esquemas de percepção que as classes dominantes impõem como universais” (Bourdieu; Passeron, 2023).

Além disso, esse conjunto de saberes e disposições, denominado *capital cultural* (adquirido por meio da socialização) é herdado, reproduzido socialmente de maneira desigual e distribuído de maneira não equitativa entre os indivíduos, refletindo e reforçando as hierarquias sociais existentes, uma vez que o acesso e a valorização dessas formas culturais estão associados às condições sociais de origem e às posições de classe das famílias. Como resultado, estudantes oriundos das classes pobres e vulneráveis enfrentam obstáculos simbólicos e práticos para corresponder às expectativas escolares. A dificuldade de atingir níveis mais avançados de alfabetismo, como o nível de proficiência, não deve ser atribuída unicamente à falta de esforço individual, mas sim à incompatibilidade entre as experiências, conhecimentos e formas de aprender que os estudantes trazem de suas famílias e contexto social, e as demandas e padrões exigidos pelas instituições de ensino. Em outras palavras, os estudantes não falham por ausência de esforço próprio, mas porque os valores e comportamentos adquiridos ao longo

da vida - o que Bourdieu e Passeron (2023) chamam de *habitus* - diferem daqueles considerados valiosos e esperados pelo sistema educacional, em termos gerais. Dessa forma, mesmo com a ampliação da educação universitária, muitos permanecem distantes da proficiência letrada, revelando que este sistema de ensino que, muitas vezes, certifica o ingresso do estudante, não promove uma verdadeira transformação nas habilidades de letramento dos indivíduos, como antes mencionado.

Neste contexto, as instituições de ensino superior ao reproduzirem as desigualdades de origem, fazem de maneira simbólica, por meio do que Bourdieu e Passeron (2023) denominam *violência simbólica*, isto é, uma violência que não é imposta pela força, mas sim pela imposição de significados, regras e padrões como se fossem naturais e universais. Trata-se de uma forma de dominação “exercida com o consentimento tácito dos dominados” (Bourdieu; Passeron, 2023). Nesse processo, o fracasso nesse nível de educação é internalizado como responsabilidade pessoal pelos indivíduos, ocultando os reais condicionantes socioeconômicos e culturais estruturais que dificultam seu desempenho. Essa lógica simbólica auxilia na compreensão de por que muitos estudantes com educação superior continuam sem atingir o nível de alfabetismo crítico ou proficiente: embora acumulando certificados, muitos não conseguem se apropriar plenamente dos códigos linguísticos e cognitivos exigidos por uma sociedade cada vez mais complexa; uma dissociação entre diploma e proficiência que revela o caráter excludente da formação universitária, promovendo a inclusão formal, mas mantendo a exclusão funcional de amplas parcelas da população.

Essa visão atinge a lógica meritocrática disseminada na sociedade e nas políticas públicas educacionais. Ao ignorar os efeitos das desigualdades de origem e ao tratar o desempenho universitário como resultado exclusivamente do esforço individual, o sistema educacional consolida uma falsa ideia de justiça, perpetuando a exclusão sob a aparência de neutralidade, marcada por significativas inequidades. Como explicam os autores, a ação pedagógica legítima a tendência de “produzir o reconhecimento do arbitrário cultural que ela inculca como cultura legítima” (Bourdieu; Passeron, 2023); reforçando, assim, a autoridade simbólica das instituições de ensino superior sobre os indivíduos; revelando um sistema educacional que funciona como uma máquina simbólica de reprodução social: espera-se que as pessoas internalizem a cultura dominante como se fosse natural ou normal, legitimando, assim, as posições sociais preexistentes. Esse cenário se agrava quando se observa que as instituições de ensino superior privadas operam voltadas predominante no lucro, o que fragiliza ainda mais o compromisso com a qualidade da formação e com a promoção da equidade educacional. Como destaca o *Extra Classe* (2025, on-line), “não basta aumentar o número de vagas. É preciso garantir condições para que os estudantes, especialmente os de grupos historicamente excluídos, tenham sucesso acadêmico e possam concluir seus cursos com formação sólida”.

Diante disso, impõe-se uma reflexão sobre o que, de fato, deve-se mudar nas instituições de ensino superior. Será o caso de abandonar a cultura legítima reproduzida pelos instrumentos de avaliação padronizados? Ou, será mais efetivo reconhecer esses limites e, mesmo assim, promover uma ampliação do repertório cultural dos estudantes das camadas menos favorecidas e vulneráveis, ainda que não se atinja o capital cultural das elites? Nesse sentido, o acesso a um capital cultural mais diversificado pode ser, sim, sintoma de mudança, desde que as instituições de ensino superior assumam intencionalmente a atribuição de mediador crítico, àquele que reconhece as desigualdades, mas não se limita a reproduzi-las. Para tanto, é preciso que a ação pedagógica deixe de ser apenas transmissora de conteúdos legitimados e se torne verdadeiramente emancipadora, reconhecendo os saberes plurais, a interdisciplinaridade e investindo em práticas que valorizem a diversidade cultural e colaboração, de modo a reduzir as desigualdades sociais e abrir caminhos reais para uma educação crítica e transformadora. Sob esta perspectiva, como afirma Freire (2011, p. 17), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

## Metodologia

Adota-se uma abordagem metodológica mista, composta por procedimentos qualitativos e quantitativos, com o objetivo de compreender a estagnação do alfabetismo proficiente no Brasil em suas múltiplas dimensões, com viés interpretativista. No aspecto qualitativo, trata-se de uma pesquisa exploratória, bibliográfica e de análise documental. Foram utilizados como principais referenciais teóricos os trabalhos de Bourdieu e Passeron (2023) e Bauman (2025), cujos conceitos de capital cultural, reprodução simbólica e exclusão social fundamentam a interpretação dos dados. A análise documental envolveu a leitura crítica de notas e relatórios técnicos, documentos institucionais e materiais oficiais sobre alfabetismo funcional no Brasil. Por outro lado, a abordagem quantitativa deste estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, baseada na análise dos dados secundários provenientes do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) 2024, cuja metodologia é pública e está detalhada no próprio relatório disponível em sua página institucional. Essa edição representa a 11ª aplicação do levantamento, conduzido pelo Instituto Paulo Montenegro em parceria com a Ação Educativa. Como complementação, foram utilizados dados do Censo Demográfico de 2022, divulgado em 2025 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como dados do Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2023, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

No que se refere à análise, adota-se uma abordagem interpretativa (Yanow, 2007), centrada na compreensão dos significados. As análises interpretativas são, portanto, específicas da situação; no estudo não se busca estabelecer regras universais ou leis gerais aplicáveis a todos os contextos educacionais. Em vez disso, elas se concentram em compreender os significados construídos em situações específicas como os discursos sobre letramento, os dados educacionais, as práticas avaliativas e os sentidos atribuídos à educação universitária no país. Também são considerados os artefatos humanos, segundo Yanow (2007), como os próprios testes padronizados, os certificados, as avaliações institucionais e os discursos pedagógicos - que auxiliam a construir e legitimar significados sobre o que é ser *proficiente* ou *alfabetizado*. Ou seja, a análise interpretativa permite compreender como os conceitos de alfabetismo e qualidade educacional são construídos socialmente, carregando visões de mundo, interesses políticos e desigualdades históricas, e não apenas como indicadores neutros ou técnicos.

## Resultados e Discussões

Como dito anteriormente, nas últimas duas décadas, o número de brasileiros com ensino superior completo apresentou um crescimento expressivo. Segundo o Censo Demográfico de 2022, divulgado este ano pelo IBGE (2025), a proporção de pessoas com 25 anos ou mais que concluíram o ensino superior aumentou de 6,8% em 2000 para 18,4% em 2022 - um avanço de quase três vezes no período.

Mais recentemente, segundo o Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2023, publicado pelo INEP, conforme a Tabela 1, em 2023, foram registrados 1.374.669 concluintes do ensino superior, o que representa 13,8% das matrículas e corresponde a um aumento de 6,8% em relação a 2022. Do total de concluintes, 18,7% são de instituições públicas e 81,3%, de instituições privadas. Do total de concluintes, têm-se 11,3% de instituições públicas federais, 6,5% de instituições públicas estaduais, 0,9% de instituições públicas municipais, 59,6% de instituições privadas com fins lucrativos e 21,7% de instituições privadas sem fins lucrativos. No que se refere à organização acadêmica, os concluintes se concentram em universidades (54,9%), centros universitários (30,2%), faculdades (13,1%), Institutos Federais - IFs e Centros Federais de Educação Tecnológica - Cefets (1,8%).

**Tabela 1:** Número de concluintes de graduação por categoria administrativa, segundo a organização acadêmica - Brasil - 2023

Organização Acadêmica	Total	Categoria Administrativa						
		Pública				Privada		
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Total	Com fins lucrativos	Sem fins lucrativos
<b>Total</b>	<b>1.374.669</b>	<b>257.214</b>	<b>155.069</b>	<b>89.597</b>	<b>12.548</b>	<b>1.117.455</b>	<b>819.030</b>	<b>298.425</b>
Universidade	754.165	208.941	127.805	75.811	5.325	545.224	401.599	143.625
Centro Universitário	415.478	3.045	806	100	2.139	412.433	308.240	104.193
Faculdade	179.871	20.073	1303	13.686	5.084	159.798	109.191	50.607
IF e Cefet	25.155	25.155	25.155	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Fonte: Elaborada por Deed/Inep baseado em dados do e-MEC (Brasil. MEC, [2024]). Nota: n.a. corresponde a “não se aplica”

Em termos de modalidade de ensino, os concluintes do ensino superior, na modalidade presenciais, correspondem a 57% e os concluintes à distância 43%. Quanto ao grau acadêmico, a distribuição dos concluintes consiste em bacharelado (57,8%), tecnológico (25,3%) e licenciatura (16,9%), de acordo com a Tabela 2.

**Tabela 2:** Número de concluintes de graduação segundo o grau acadêmico, por modalidade de ensino - Brasil - 2023

Grau Acadêmico	Total	Modalidade de Ensino	
		Presencial	A distância
<b>Total</b>	<b>1.374.669</b>	<b>783.385</b>	<b>591.284</b>
Bacharelado	794.322	630.163	164.159
Licenciatura	232.498	85.129	147.369
Tecnológico	347.849	68.093	279.756

Fonte: Elaborada por Deed/Inep baseado em dados do e-MEC (Brasil. MEC, [2024]).

Ademais, a Tabela 3 sintetiza os níveis de alfabetismo de acordo com o Instituto Paulo Montenegro; Ação Educativa (2024):

**Tabela 3:** Nível de alfabetismo

<p><b>ANALFABETO</b> Nível</p>	<p>São consideradas analfabetas pessoas que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases, ainda que uma parcela delas consiga ler números familiares como o do telefone, da casa, de preços etc. Apresentam muita dificuldade em reconhecer e realizar operações básicas próprias das ferramentas digitais (hiperlink, touch, scroll, ampliação de texto ou imagem) para resolver tarefas mais simples da vida social contemporânea.</p>
<p><b>RUĐMENTAR</b> Nível</p>	<p>A pessoa com alfabetismo rudimentar é capaz de localizar informações explícitas, expressas de forma literal, em textos compostos essencialmente de sentenças ou palavras. Além disso, consegue comparar, ler e escrever números familiares (horários, preços, cédulas/moedas, telefones) identificando o maior e o menor valor e resolver problemas que exploram situações do dia a dia que envolvem operações matemáticas mais elementares. No entanto, não consegue realizar tarefas do cotidiano que envolvam textos um pouco mais longos e complexos, ou que exijam alguma operação matemática mais elaborada. Conseguem realizar tarefas da vida social mais básicas que requeiram o uso de ferramentas digitais.</p>
<p><b>ELEMENTAR</b> Nível</p>	<p>É considerado alfabetizado em nível elementar o indivíduo capaz de selecionar, em textos de extensão média, uma ou mais unidades de informação, observando certas condições e realizando pequenas inferências. Ele também resolve problemas envolvendo operações básicas com números da ordem do milhar, que exigem certo grau de planejamento e controle. O alfabetizado funcional em nível elementar tem condição de comparar e relacionar informações numéricas ou textuais expressas em gráficos ou tabelas simples envolvendo situações de contexto cotidiano doméstico ou social. Conseguem realizar tarefas da vida social mais básicas que requeiram o uso de ferramentas digitais.</p>
<p><b>INTERMEDIÁRIO</b> Nível</p>	<p>É considerado alfabetizado no nível intermediário o indivíduo capaz de localizar informação expressa de forma explícita ou não em textos diversos (jornalístico e/ou científico) realizando pequenas inferências. Ele também está apto a resolver problemas matemáticos envolvendo porcentagem e proporção, que exigem critérios de seleção, elaboração e controle. Além disso, o alfabetizado intermediário interpreta e elabora síntese de textos diversos (narrativos, jornalísticos ou científicos), relacionando regras com casos particulares, reconhece evidências e argumentos e confronta a moral da história com a própria opinião ou com o senso comum.</p>
<p><b>PROFICIENTE</b> Nível</p>	<p>O indivíduo proficiente, no topo da escala de alfabetismo funcional, elabora textos de maior complexidade (mensagem, descrição, exposição ou argumentação) com base em elementos de um contexto dado e opina sobre o posicionamento ou estilo do autor do texto. É capaz de interpretar tabelas e gráficos envolvendo mais de duas variáveis, compreendendo a representação de informação quantitativa (intervalo, escala, sistema de medidas) e reconhecendo efeitos de sentido (ênfases, distorções, tendências, projeções).</p>

Fonte: elaborado pelos autores, de acordo com os dados da Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro (2024)<sup>1</sup>.

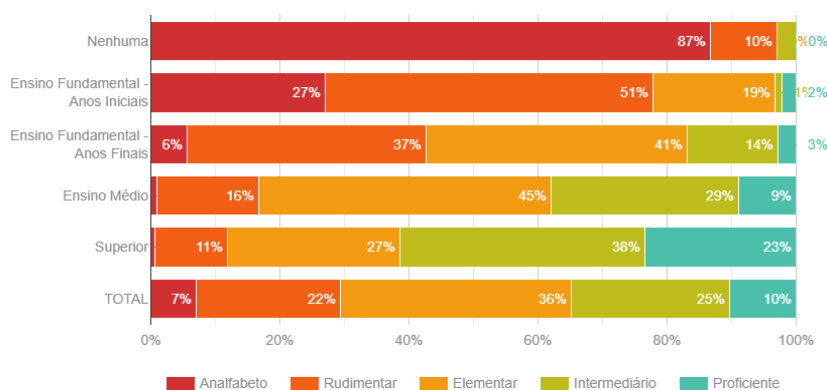
<sup>1</sup> Nota: Para fins analíticos, os cinco níveis de alfabetismo definidos pelo INAF podem ser agrupados de diferentes formas. No presente estudo, por questões didáticas, esses níveis são organizados em duas categorias: Analfabetos Funcionais e Funcionalmente Alfabetizados, de modo a facilitar a interpretação dos dados e a análise do fenômeno investigado.

No nível intermediário de alfabetismo funcional, o indivíduo também é capaz de reconhecer efeitos de sentido e aspectos estéticos presentes em escolhas lexicais, sintáticas, no uso de figuras de linguagem ou de sinais de pontuação. Além disso, demonstra competência para executar tarefas que envolvem múltiplas etapas em ambientes digitais, como navegar, avançar ou concluir procedimentos específicos. Já no nível proficiente, o mais elevado da escala de alfabetismo funcional:

A pessoa proficiente também está apta a resolver situações-problema relativas a tarefas de contextos diversos, que envolvem diversas etapas de planejamento, controle e elaboração e que exigem retomada de resultados parciais e o uso de inferências. Espera-se que reconheçam elementos textuais e quantitativos que permitam avaliar a veracidade de uma narrativa ou informação, situações que implicam em riscos (vírus, golpes, links, mensagens enviadas, fake news) e elaborem textos (mensagem/post, descrição, exposição ou argumentação) com base em elementos do texto ou contexto dado. (Instituto Paulo Montenegro; Ação Educativa, 2024).

No entanto, apenas 23% de indivíduos com ensino superior alcançam o nível proficiente de alfabetismo funcional, conforme mostrado na Tabela 4, representando um dado importante porque revela um paradoxo no sistema educacional brasileiro: mesmo após anos de escolarização formal e a conclusão do ensino superior, apenas cerca de um em cada quatro concluintes do ensino superior demonstra domínio pleno das competências de leitura, interpretação, inferência e análise crítica exigidas para atuar de forma autônoma na vida cotidiana, no trabalho e na cidadania; além de contribuir para a construção de uma democracia mais fortalecida e uma sociedade mais civilizada. Apesar dos avanços registrados, a taxa de conclusão do ensino superior no Brasil ainda é considerada baixa. Esse cenário reflete desigualdades estruturais, comprometendo o desenvolvimento econômico e social do país. Além disso, há uma relação direta entre o percentual de trabalhadores com nível superior e o Produto Interno Bruto (PIB<sup>2</sup>) *per capita* - a divisão do PIB pelo número de habitantes. Nesse contexto, é importante ampliar o acesso ao ensino superior, mas exige-se mais do que expandir vagas, sendo necessário repensar o papel finalístico de programas públicos como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) instituído pela Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017 e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004 e instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, assegurando que cumpram efetivamente sua função de inclusão, além do fortalecimento das políticas de cotas e a garantia de um ensino de qualidade, com formação docente alinhada às novas demandas impostas pelas tecnologias emergentes, como a Inteligência Artificial (IA), que já transformam o mercado de trabalho e os processos de ensino e aprendizagem.

**Tabela 4:** Alfabetismo por níveis de escolaridade



Fonte: Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro (2024). Base (ponderada): 2.480.

2 Segundo o IBGE, o PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano; sendo que o PIB per capita é aquele que mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo de um país se todos recebessem partes iguais, entre outros estudos. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 19 mai. 2025.

Embora o número de concluintes do ensino superior no Brasil tenha alcançado 1.374.669 estudantes em 2023, conforme aponta o Censo da Educação Superior (INEP, 2024), os dados do Instituto Paulo Montenegro; Ação Educativa (2024) revelam um quadro preocupante no que diz respeito à qualidade da formação letrada desses indivíduos. Assim, ao se fazer a estimativa de 23% sobre os 1.374.669 estudantes concluintes, os dados indicam que apenas cerca de 316 mil indivíduos alcançaram o nível proficiente de alfabetismo funcional. É um cenário que revela uma desconexão entre certificação e formação efetiva; reforçando a afirmação anterior de que o diploma de ensino superior não garante o domínio das habilidades cognitivas e linguísticas necessárias para a participação ativa na sociedade e o exercício da cidadania.

O fato de que 77% dos indivíduos com ensino superior permanecem abaixo do nível proficiente reforça a percepção de que a educação superior, em grande parte, assume uma lógica mais credencialista do que formativa, deixando em segundo plano o desenvolvimento de competências críticas e letradas. No entanto, esse dado requer uma leitura mais refinada, ou seja, o índice abrange todos os concluintes do ensino superior, incluindo os formados em instituições públicas e privadas, nas modalidades presenciais e à distância (EaD). Assim, considerando que a maior parte das matrículas está concentrada em instituições privadas com fins lucrativos e na EaD, torna-se relevante discutir como essas estruturas impactam na qualidade da formação. Essa diferença retrata que a ampliação do acesso ao diploma não tem sido acompanhada pela formação efetiva de competências como leitura crítica, argumentação e interpretação complexa, ou seja, capacidade de ir além da compreensão literal de um texto, mobilizando habilidades cognitivas mais avançadas. Nota-se que o problema não está apenas na expansão do acesso, mas na fragilidade dos modelos educacionais predominantes e sua limitada capacidade de promover um letramento verdadeiramente emancipador. Nesse sentido, como alerta Freire (2011, p. 24), “transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador”.

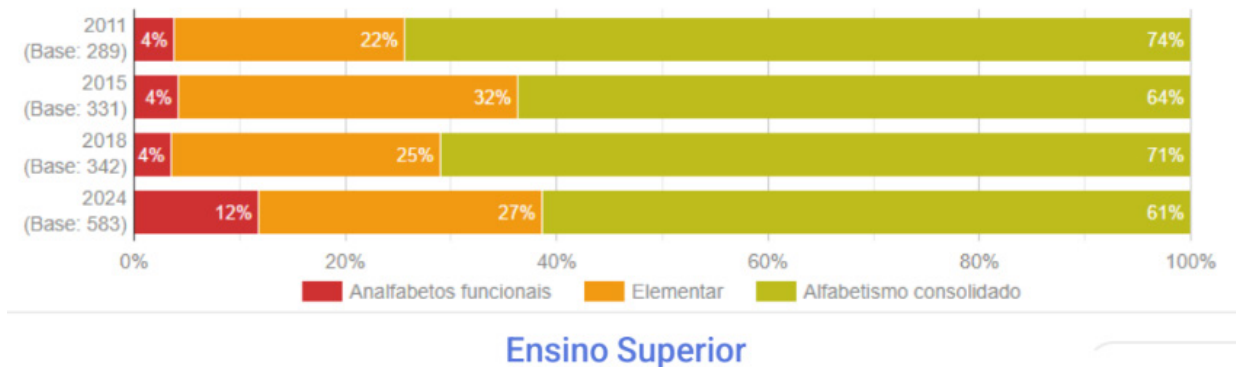
Essa constatação dialoga com Bourdieu e Passeron (2023), para os quais a escola, especialmente no ensino superior, atua como um mecanismo de legitimação das desigualdades sociais sob a aparência de neutralidade. Também Bauman (2005), ao evidenciar que a lógica da exclusão não se desfaz com o acesso formal à educação: ela se reinventa e se perpetua mesmo dentro dos espaços institucionalmente considerados inclusivos. Nesse contexto, esse contingente que não atinge o nível proficiente é assimilado à condição de refugio humano, isto é, socialmente descartável, mesmo que formalmente incluído pelo acesso à educação superior. Assim, embora o conhecimento fragmentado e não crítico ainda alimente instituições de ensino superior voltadas à formação de *consumidores de diplomas* em vez de cidadãos autônomos, essa realidade não precisa ser um destino inevitável. Como advertiu Bauman (2005), “a produção de seres humanos refugados [...] é um produto inevitável da modernização”, é justamente por isso que a educação deve ser reafirmada como um bem público essencial e estratégico. É preciso refletir sobre o tipo de instituição de ensino que desejamos: uma que não apenas certifique, mas que fortaleça o pensamento crítico dos estudantes, promova abordagens interdisciplinares e prepare os indivíduos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, sejam eles globais, nacionais ou locais. Uma educação universitária voltada para a equidade, para o bem comum e para a promoção da paz social é possível, desde que existam compromissos políticos e pedagógicos sólidos com a transformação da realidade e não apenas com sua reprodução.

Por outro lado, ainda que o nível proficiente represente o patamar ideal de alfabetismo funcional, uma parcela significativa dos indivíduos com ensino superior encontra-se no nível intermediário, que abrange 38% dos indivíduos, segundo os dados do INAF (2024). Este grupo é composto por pessoas que, embora não dominem plenamente as habilidades mais complexas de leitura crítica e argumentação, apresentam um grau de autonomia em tarefas de leitura, interpretação e resolução de problemas cotidianos. O alfabetizado funcional no nível intermediário é capaz de localizar informações em textos diversos - inclusive implícitas - realizar inferências simples, resolver problemas envolvendo proporção e porcentagem, e elaborar sínteses. Também consegue relacionar regras gerais a situações específicas, reconhecer evidências e argumentos e até mesmo confrontar valores narrativos com opiniões pessoais ou senso comum. Em contextos digitais, este grupo demonstra habilidade para executar procedimentos com múltiplas etapas, como preenchimento de formulários e navegação em ambientes interativos. Ainda que essas competências indiquem certo domínio funcional, é importante reconhecer que esse nível ainda está aquém do exigido para uma atuação plenamente crítica na sociedade, especialmente para egressos do ensino superior. A presença majoritária nesse patamar reforça o argumento de que a formação superior no Brasil tem sido mais eficaz na instrução técnica do que na promoção de habilidades cognitivas complexas, como leitura crítica, argumentação estruturada e interpretação analítica - todas dimensões centrais para o exercício da cidadania ativa.

Mais do que isso, apesar de se esperar que a conclusão do ensino superior esteja associada ao domínio das competências mais avançadas de leitura, interpretação e resolução de problemas, os dados da Tabela 3 também indicam um cenário bastante distinto: 11% dos indivíduos com ensino superior foram classificados no nível rudimentar de alfabetismo funcional, capazes apenas de localizarem informações explícitas em textos curtos, compostos por frases simples ou palavras isoladas, além de conseguirem realizar operações matemáticas muito básicas, como ler números em situações familiares (preços, horários, cédulas), mas tem dificuldades quando o texto se torna mais longo, complexo ou exige inferência; sendo que, em ambientes digitais, sua atuação é limitada a tarefas sociais básicas que envolvam o uso mínimo de ferramentas; e 27% no nível elementar, isto é, mais de um terço dos diplomados apresenta um desempenho abaixo do desejável para a autonomia plena no cotidiano e no exercício da cidadania crítica, demonstrando alguma capacidade de extração e comparação de informações em textos de média extensão, bem como habilidades operacionais que envolvem números de até quatro dígitos, gráficos simples e contextos cotidianos. No entanto, segundo o INAF, do Instituto Paulo Montenegro; Ação Educativa (2024), esse grupo ainda apresenta limitações significativas na realização de inferências mais profundas, na análise de argumentos e na elaboração de sínteses, características fundamentais do nível proficiente.

Esse contingente (alfabetizado rudimentar e o alfabetizado elementar) que também representa 38% reforça a inferência da insuficiência da escolarização formal em assegurar um domínio pleno das competências letradas, mesmo após a conclusão de um curso de graduação. A prevalência desses níveis mais baixos entre diplomados reforça o argumento de que a educação superior no Brasil tem expandido o acesso, mas precária em relação a formação crítica e equitativa, operando muitas vezes mais como mecanismo de certificação do que de transformação. Essa constatação reflete o que Bourdieu e Passeron (2023) denominam de *violência simbólica*, quer dizer, os estudantes internalizam seu fracasso como insuficiência pessoal, sem perceber que enfrentam um sistema estruturado para favorecer quem já dispõe dos códigos da cultura legítima.

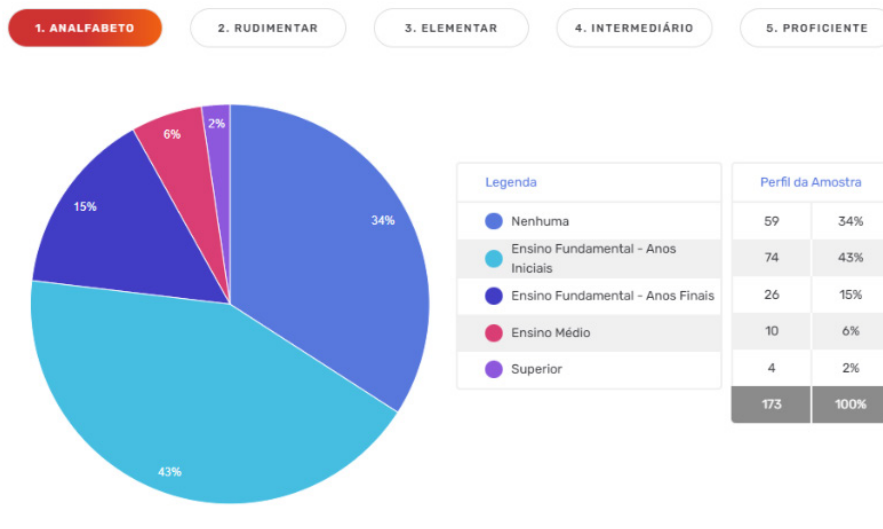
**Tabela 5:** Alfabetismo da Educação Superior: análise longitudinal



Fonte: Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro (2024).

A Tabela 5 mostra a distribuição dos níveis de alfabetismo dentro do grupo de pessoas que têm ensino superior completo ao longo de mais de uma década. Assim, de todos que possuem diploma de ensino superior, qual percentual está em cada nível de alfabetismo (analfabeto funcional, elementar ou alfabetismo consolidado)? Por exemplo, em 2024, 12% dos que possuem ensino superior são analfabetos funcionais, 27% estão no nível elementar e 61% têm alfabetismo consolidado.

**Gráfico 1:** Nível de analfabetismo funcionais por escolaridade



Fonte: Inaf 2024 Base (ponderada): 173

Fonte: Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro (2024).

Por sua vez, o Gráfico 1 mostra a distribuição do nível de escolaridade dentro do grupo de pessoas classificadas como analfabetas funcionais. Em outras palavras, entre todos os analfabetos funcionais, qual a escolaridade dessas pessoas? Apenas 2% dos analfabetos funcionais têm ensino superior, pois proporcionalmente é um grupo pequeno em relação à população total de analfabetos funcionais, que é composto majoritariamente por pessoas com baixa escolaridade formal. Embora aparentemente residual, esse dado carrega um peso simbólico significativo e corrobora a percepção de que a presença de indivíduos que não dominam sequer habilidades básicas de leitura e escrita mesmo após anos de escolarização evidencia um desacerto no sistema educacional especialmente

no que se refere à promoção automática, à fragilidade dos processos avaliativos, à ênfase na certificação em detrimento da aprendizagem real e a massificação do ensino superior que fomenta tensões entre ensino, pesquisa e formação crítica. É um dado que desafia diretamente o discurso meritocrático e reforça a necessidade de repensar não apenas o acesso, mas a qualidade e a intencionalidade formativa da educação em todos os níveis. Os analfabetos funcionais são aqueles que não conseguem ler e compreender frases curtas, localizar informações explícitas em pequenos textos ou realizar operações matemáticas simples do cotidiano (Instituto Paulo Montenegro; Ação Educativa, 2024).

A análise, portanto, revela que a estagnação do alfabetismo proficiente no Brasil não é apenas um reflexo de limitações pedagógicas, mas sim expressão de uma estrutura educacional que legitima desigualdades simbólicas e se alinha à lógica da descartabilidade social da modernidade líquida; exigindo reformas curriculares e reconfiguração profunda dos sentidos da educação como instrumento de cidadania, justiça e emancipação social, especialmente considerando que as políticas educacionais no país estejam falhando também por falta de implementação concreta, formulações vagas ou por não considerarem a viabilidade orçamentária e estrutural, de acordo com as especificidades das diferentes regiões e municípios.

## Considerações finais

Este estudo partiu da seguinte pergunta de pesquisa: por que, apesar da redução do analfabetismo funcional nas últimas duas décadas, os níveis de alfabetismo proficiente permanecem estagnados no Brasil? Essa questão surgiu da contradição observada nos dados longitudinais fornecidos por levantamentos do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), do Instituto Paulo Montenegro; Ação Educativa (2024).

A análise dos dados do INAF (2024), do Censo da Educação Superior (INEP, 2023) e do IBGE (2025), articulada ao referencial teórico, revela que a estagnação do alfabetismo proficiente não pode ser atribuída exclusivamente a limitações pedagógicas ou ao desempenho individual dos estudantes. Os dados do INAF mostraram uma redução do analfabetismo funcional na população brasileira em geral, ou seja, mais pessoas passaram a dominar habilidades básicas de leitura e escrita. No entanto, os mesmos dados apontam que o percentual de indivíduos com alfabetismo proficiente praticamente não avançou. Em alguns grupos, como os com ensino superior, houve até retrocesso. Neste sentido, entre diplomados do ensino superior, o percentual de analfabetos funcionais aumentou de 4% (2011–2018) para 12% em 2024, enquanto o grupo com alfabetismo consolidado caiu de 74% para 61% (Instituto Paulo Montenegro; Ação Educativa, 2024).

Essa realidade parece paradoxal, isto é, como pode haver mais universalização da escolarização, mais diplomas, mas não um avanço equivalente nas habilidades cognitivas avançadas? O paradoxo foi o ponto de partida para o questionamento sobre a efetividade da escolarização formal, sob a perspectiva do ensino superior (graduação), na promoção do letramento crítico e autônomo, indo além do simples acesso à educação.

A estagnação dos níveis de alfabetismo proficiente como o retrocesso, no Brasil, portanto, não se configura como um mero déficit pedagógico, mas como reflexo da manutenção de desigualdades estruturais historicamente presentes no sistema educacional. Sob a ótica de Bauman (2005), isso representa um sintoma da lógica da modernidade líquida que atribui valor ao sujeito a partir de sua funcionalidade. Aqueles que não se ajustam aos padrões esperados - ainda que certificados - são, na prática, tornados socialmente descartáveis. Ao legitimar essa lógica, o sistema educacional reforça a falsa promessa de inclusão, enquanto mantém processos de marginalização simbólica e funcional.

A permanência de baixos índices de alfabetismo proficiente entre indivíduos com ensino superior reflete, em vista disso, a incapacidade da escolarização massiva de promover transformação social substantiva, limitando-se a oferecer uma inclusão formal desvinculada do desenvolvimento pleno das competências cognitivas necessárias à cidadania crítica. Esse processo é amplificado pela mercantilização da educação, pela precarização das condições formativas e pela adoção de avaliações padronizadas de baixa profundidade, desconectadas das demandas reais dos sujeitos e da sociedade. Ademais, embora, historicamente, a expansão da EaD tenha ocorrido de forma desregulada, contribuindo para esse cenário, a recente instituição da Nova Política de Educação à Distância (EaD), por meio do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, busca estabelecer parâmetros mais rigorosos para a oferta de cursos de graduação nesta modalidade, visando corrigir distorções e assegurar maior qualidade formativa no sistema de ensino superior brasileiro (Brasil, 2025).

O estudo evidencia uma contradição importante nos dados do INAF 2024: embora 54% dos brasileiros no nível proficiente de alfabetismo funcional tenham ensino superior completo, do total de 61%, apenas 23% dos diplomados efetivamente atingem esse nível, enquanto 38% estão no nível intermediário e os demais (39%) permanecem nos níveis elementar ou analfabeto funcional. Esse cenário, agravado pela queda no desempenho em relação a 2018 e pela expansão desregulada do ensino superior — marcada pelo crescimento da EAD e da presença de instituições privadas com fins lucrativos —, indica que o diploma universitário, por si só, não assegura o desenvolvimento das competências de letramento avançado. Assim, o dado dos 54% deve ser interpretado como uma concentração relativa de escolarizados no grupo proficiente, e não como evidência da eficácia formativa da educação superior.

A estagnação do alfabetismo proficiente no ensino superior não é um desvio accidental, mas um reflexo direto da própria lógica de funcionamento do sistema educacional, estruturado de forma excludente na base, legitimador na forma e seletivo nos resultados. Dessa maneira, o sistema de educação superior no Brasil exige atenção especial por parte do Estado, que tem entre suas atribuições a regulação, supervisão e avaliação das instituições. Embora já existam iniciativas avaliativas, como a Prova Nacional Docente (PND), é necessário ampliar e aprofundar essas ferramentas, garantindo que as políticas públicas não se limitem ao acesso e à permanência. É fundamental que as avaliações também incluam de forma mais efetiva a qualidade do letramento crítico e funcional dos concluintes da graduação do ensino superior, promovendo uma formação em sintonia com os desafios contemporâneos e com uma visão estratégica de futuro para o país.

Além disso, o ENADE pode contribuir para a superação do analfabetismo proficiente, à medida que estimula o desenvolvimento de habilidades que vão além da decodificação técnica da informação, promovendo aprendizagens significativas que capacitam os futuros profissionais a exercerem, com consciência e responsabilidade, seu papel social (Pissaia *et al.*, 2018).

Diante desse cenário, sugere-se a revisão profunda dos currículos dos cursos de graduação, com ênfase no desenvolvimento de competências cognitivas de alto nível, leitura crítica, escrita acadêmica e argumentação. Defende-se, ainda, o fortalecimento das políticas, planos, programas, ações e ferramentas estratégicas de ampliação e acesso à educação considerando a formação docente inicial e continuada, assim como o combate à mercantilização da educação superior que compromete diretamente a qualidade do processo formativo. É fundamental, também, repensar os atuais modelos de avaliação, como o ENADE, que utilizam abordagens normativas e quantitativas, para que sejam incorporados instrumentos mais sensíveis e qualitativos, capazes de aferir, de forma mais abrangente, as competências de letramento, interpretação e pensamento crítico dos estudantes.

Recomenda-se, portanto, que pesquisas futuras aprofundem a análise de variáveis, especialmente no cruzamento entre escolarização básica, raça, cor, gênero, região e condições socioeconômicas e culturais, de modo a revelar as dinâmicas ocultas da exclusão funcional no sistema educacional brasileiro. Importa considerar que, embora essas variáveis estejam contempladas nos dados utilizados, não foram exploradas analiticamente de forma aprofundada neste artigo, uma vez que o recorte adotado priorizou a análise agregada da relação entre escolarização superior e níveis de alfabetismo, centrado na identificação do fenômeno da estagnação da proficiência. Essa delimitação metodológica visou garantir maior consistência na análise da questão de pesquisa, o que implicou a não incorporação de recortes interseccionais mais complexos, como aqueles relacionados a nível socioeconômico, raça, gênero e pessoas com deficiência. Reconhece-se, no entanto, que essas dimensões são fundamentais para uma compreensão mais abrangente das desigualdades educacionais e constituem agenda relevante para investigações futuras no país. Dessa maneira, estudos que articulem esses fatores podem contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais mais justas, contextualizadas e comprometidas com o acesso e, principalmente, com a qualidade, a equidade e a formação plena dos sujeitos.

## Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas: A modernidade e seus excluídos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. *Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2023*, Brasília, DF, 2024. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2023/resumo\\_tecnico\\_do\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2023.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/resumo_tecnico_do_censo_da_educacao_superior_2023.pdf). Acesso em: mai. 2025.
- BRASIL. *Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm). Acesso em: jul. 2025.
- BRASIL. *Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm). Acesso em: jul. 2025.
- BRASIL. *Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017*. Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 dez. 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13530.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13530.htm). Acesso em: abr. 2026.
- BRASIL. *Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025*. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/D12456.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12456.htm). Acesso em: jul. 2025.
- CNN Brasil. *Homens e pessoas com mais de 40 anos estão nas maiores taxas de analfabetismo no Brasil*, maio 5 de 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/homens-e-pessoas-40-estao-nas-maiores-taxas-de-analfabetismo-no-brasil/>. Acesso em: jul. 2025.

EXTRACLASSE. *Caminhos para expandir a educação superior com qualidade e inclusão*, junho 10 de 2025. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/opiniaio/2025/06/caminhos-para-expandir-a-educacao-superior-com-qualidade-e-inclusao/>. Acesso em: jul. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. Polarização e contexto: Medindo e explicando a polarização política no Brasil. *Opinião Pública*, 28(3), 560-593, 2022. Disponível em: <https://doi.org/http://doi.org/10.1590/1807-01912022283560>

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *Analfabetismo funcional não apresenta melhora e alcança 29% dos brasileiros, mesmo patamar de 2018, aponta novo levantamento do INAF*, maio 2 de 2025. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/analfabetismo-funcional-nao-apresenta-melhora-e-alcanca-29-por-cento-dos-brasileiros-mesmo-patamar-de-2018-aponta-novo-levantamento-do-inaf>. Acesso em: jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2022: Proporção da população com nível superior completo aumenta de 6,8% em 2000 para 18,4% em 2022*. Fevereiro 26 de 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42742-censo-2022-proporcao-da-populacao-com-nivel-superior-completo-aumenta-de-6-8-em-2000-para-18-4-em-2022>. Acesso em: jul. 2025.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO & AÇÃO EDUCATIVA. (2024). *Indicador de Alfabetismo Funcional - INAF 2024*. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/alfabetismo-no-brasil/>. Acesso em: dez. 2024

PISSAIA, Luis Felipe; MARTINS, Silvana Neumann; REHFELDT, Márcia Jussara Hepp; COSTA, Arlete Eli Kunz da. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE e o desenvolvimento de competências no ensino superior. *Research, Society and Development*, v. 7, n. 2. p. 1-13, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/rsd-v7i2.179>. Acesso em: 09 abr. 2026.

RÁDIOAGÊNCIA NACIONAL. Aumenta o analfabetismo funcional entre os jovens no Brasil. *Agência Brasil*, 6 maio 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2025-05/aumenta-o-analfabetismo-funcional-entre-os-jovens-no-brasil>. Acesso em: jul. 2025.

UOL Educação. *O que define o analfabetismo funcional, que atinge 29% dos brasileiros?* São Paulo, maio 5 de 2025. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2025/05/05/o-que-e-analfabetismo-funcional.htm>. Acesso em: jul. 2025.

YANOW, Dvora. Interpretation in policy analysis: On methods and practice. *Critical Policy Studies*, 1(1), 110-122, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19460171.2007.9518511>. Acesso em: jul. 2024.

Recebido em: 10/12/2025

Aceito em: 13/04/2026